



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 647/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2019

OBJETO	Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de Material para Festividades e Homenagens
---------------	---

FUNDAMENTO LEGAL	Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações
-------------------------	---

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	339030/15 – Material de Consumo / Material para festividades e Homenagens
-----------------------------	---



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo



0000002019647

Número do Processo

647/2019

WWW.JATAI.GO.LEG.BR

Órgão de Origem

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

Departamento de Origem

PROTOCOLO

Interessado

MARCELO FRANÇA DA SILVA

Assunto

SOLICITAÇÃO

Data/Hora

07/06/2019 09:08

Descrição

Solicitação do departamento de cerimonial para uma estimativa de material utilizado nos eventos que ocorrem durante o ano de 2019, na câmara municipal.

Resp. Autuação

KEYNER PEREIRA MARTINS

Previsão

Processo Agrupador

Nr. Doc

Valor

R\$ 0,00



Jataí, 06 de junho de 2019.

Ao Departamento de Compras

De Departamento de Cerimonial

Segue abaixo, uma estimativa de material utilizado nos eventos que ocorrem durante um ano, na Câmara Municipal:

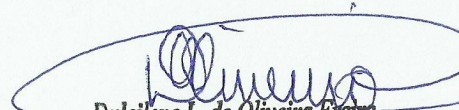
- 25 Arranjo Diretivo;
- 15 Molduras de Título
- 15 Orquídeas
- 10 Coroas de Flores
- 300 Botões de Flor
- 300 Impressão de títulos

Marcelo França

Chefe do Cerimonial

Nº 01	Orçamento – Floricultura							
	Estimativa de Custo							
ÍTEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	UNID.	QTD.	EMPRESAS			Média	Valor total
				Estação das Flores – CNPJ- 14.256.987/0001-14 Valéria-3636.7463	Lyrius Floricultura Sinésio-3631.1041	Eva Floricultura Neila-3631.4542	valor Unit.	estimado
1	Arranjo de Chão – Diretivo	Pç	25	R\$ 150,00	R\$ 170,00	R\$ 140,00	R\$ 153,33	R\$ 3.833,33
2	Coroa de Flores	UNID.	10	R\$ 250,00	R\$ 280,00	R\$ 200,00	R\$ 243,33	R\$ 2.433,33
3	Arranjo de Orquídea	UNID.	15	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 2.250,00
4	Botões de Rosas	UNID.	300	R\$ 4,50	R\$ 5,00	R\$ 4,00	R\$ 4,50	R\$ 1.350,00
							Estimado:	R\$ 9.866,67

Jataí, 10 de junho de 2019


Dulcilene L. de Oliveira Freire
 Chefe do Deptº de Compras



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE XXXXXXXXXXXXXX		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXXXXXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) NEILA ALVES SIQUEIRA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHÃO PARCIAL		
FILHO DE (pai) OSVALDO MARÇAL SIQUEIRA		(mãe) MARIA EVA SIQUEIRA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 10/08/1967	IDENTIDADE (número) 2666373	Órgão emissor SSP	UF GO
CPF (número) 36937860110			
ENFANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXXXXXXXXXXXXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADO - rua, av, etc) RUA BELA VISTA			NÚMERO 45
COMPLEMENTO QD 1 LT 4	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 75800056	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 002208
MUNICÍPIO JATAÍ			UF GO
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS			
CÓDIGO DO ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRIÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX
CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX
NOME DA EMPRESA NEILA ALVES SIQUEIRA			
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA MARECHAL RONDON			NÚMERO 133
COMPLEMENTO QD 48 LT 19	BAIRRO/DISTRITO SANTA MARIA	CEP 75800069	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 002208
MUNICÍPIO JATAÍ	UF GO	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXXXXXXXXXXXXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae fiscal) Atividade Principal 4789002 Atividade secundária 8230001 XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÕES DE FESTAS, ALUGUEIS DE MESAS E MATERIAIS PARA FESTA		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 01/07/2007	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ XXXXXXXXXXXXXX	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE OUTRA UF XXXXXXXXXXXXXX	UF XX
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 sim 2 não			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) Neila Alves Siqueira			
DATA DA ASSINATURA 20/06/2007	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO Neila Alves Siqueira		

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE E ARQUIVE-SE

Adelice de Freitas Sobrinho
Vice-Presidente

JUCEG Junta Comercial do Estado de Goiás

CERTIFICO O REGISTRO EM:
SOB O NÚMERO:

28/06/2007
52102938493
07/059403-1



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAI

RUA ITARUMA N. 355, SETOR SANTA MARIA, JATAI/GO, 75.800-089

CNPJ: 01.165.729/0001-80 Fone/Fax: 6436328800

E-mail: FAZENDA@JATAI.GO.GOV.BR

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITO DE EMPRESA

CERTIDÃO NÚMERO: 10464/2019

Certificamos para os devidos fins que a Empresa a seguir identificado encontra-se com débito(s).

DADOS DA EMPRESA

NOME

NEILA ALVES SIQUEIRA - ME

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

301996401

CPF/CNPJ

08.920.665/0001-25

SETOR

SETOR SANTA MARIA

ENDEREÇO

Rua Mal. RONDON, Lt:0019, Qd:0048, N:133,

Ficam ressalvados os direitos da PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAI, por quaisquer omissões ou irregularidades verificadas posteriormente.

Setor de cadastro e informações fiscais da Secretaria da fazenda da PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAI.

SEGURANÇA:

VALIDADE: Certidão válida por: 30 dias

EMITIDA: Quarta-feira, 05 de Junho de 2019

ENDEREÇO PARA VALIDAÇÃO: WWW.JATAI.GO.GOV.BR

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: DKID75VM

EMITIDA PELA INTERNET



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: NEILA ALVES SIQUEIRA
CNPJ: 08.920.665/0001-25

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:56:21 do dia 31/12/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/06/2019.

Código de controle da certidão: **68CE.8F57.EF54.90B9**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.920.665/0001-25
Razão Social: NEILA ALVES SIQUEIRA
Endereço: R MARECHAL RONDON / 133 / SANTA MARIA JATAI - GO

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/05/2019 a 27/06/2019

Certificação Número: 2019052904001555955700

Informação obtida em 07/06/2019 08:53:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: NEILA ALVES SIQUEIRA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 08.920.665/0001-25

Certidão nº: 173733069/2019

Expedição: 07/06/2019, às 08:50:21

Validade: 03/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **NEILA ALVES SIQUEIRA**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
08.920.665/0001-25, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 22079127

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

NEILA ALVES SIQUEIRA

CNPJ

08.920.665/0001-25

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.613.877.540

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 7 JUNHO DE 2019

HORA: 8:39:43:8

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto a RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.920.665/0001-25 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/06/2007
NOME EMPRESARIAL NEILA ALVES SIQUEIRA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EVA FLORICULTURA E DECORACOES		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R MARECHAL RONDON	NÚMERO 133	COMPLEMENTO
CEP 75.800-069	BAIRRO/DISTRITO SANTA MARIA	MUNICÍPIO JATAI
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF GO
TELEFONE (64) 3632-0666		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/06/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/06/2019** às **08:32:17** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

1

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL N° 001/2019

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços comuns. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. Requisitos legais. Possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste Parecer Jurídico Referencial.

Possibilidade de adoção de Parecer Jurídico Referencial

A Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal de Jataí tem o dever legal de emitir parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Todavia, admite-se a figura do Parecer Jurídico Referencial, que é aquele que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a análise individualizada, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação referencial.

Com efeito, trata-se de uma possibilidade jurídica perfeitamente aceitável que se coaduna com o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobre a qual o TCU manifestou-se favoravelmente à sua adoção pela Advocacia-Geral da União, nos seguintes termos:

"9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma." (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário). Grifo inserido

Assim, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí adota esse Parecer Jurídico Referencial, nos casos que envolvam dispensa de licitação em função do valor, prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93.



Requisitos legais para Dispensa em função do valor e contratação direta.

Saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

O Art. 24, II, da Lei das Licitações, estabelece que:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

... omissis

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea "a", referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

"Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

3

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."

Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), devendo o departamento técnico responsável verificar o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida ao valor referido.

Todavia, não se pode descurar do correto procedimento para contratação direta, que deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Numa interpretação sistemática, deve-se adotar nos casos de dispensa, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei das licitações, e o processo de dispensa deve ser instruído ainda com:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso,

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço,

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com relação a justificativa do preço, convém frisar a necessidade de realização de ampla e adequada pesquisa de preços, para subsidiar a melhor contratação, ou seja, aquela que melhor atende ao interesse público.

A Administração deverá observar a necessidade de preferência para a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

O contrato a ser firmado para contratação direta pode ser substituído pela nota de empenho, na forma do art. 62, da Lei 8.666/93.

Frise-se que a Administração deve aferir a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, da empresa selecionada para fornecimento de produtos ou prestação de serviços para a Câmara Municipal.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

4

Conclusão

Por todo o exposto, uma vez atendidas as recomendações apontadas neste Parecer Jurídico Referencial, no seu aspecto jurídico, resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Gestor, nos limites da Lei; ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Sendo Referencial o presente parecer, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a fundamentação aqui realizada, dispensam análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que o caso concreta amolda-se aos termos desta manifestação, conforme modelo em anexo.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 28 de maio de 2019.

Renata Silva Oliveira
Procuradora Jurídica

RENATA SILVA
OLIVEIRA:60724919
104

Assinado de forma digital por
RENATA SILVA
OLIVEIRA:60724919104
Dados: 2019.05.28 16:22:13 -03'00'



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

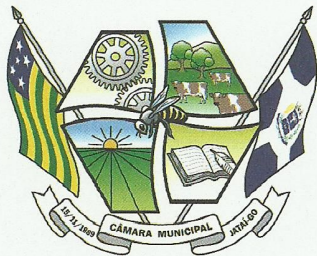
ANEXO

ATESTADO DE CONFORMIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM O PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019.

Atesto que o Processo Administrativo nº 647/2019, que objetiva a contratação de empresa NEILA ALVES SIQUEIRA, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, amolda-se à manifestação jurídica referencial exarada no Parecer Jurídico Referencial no 001/2019.

Jataí, 13/06/2019


Dulcilene L. de Oliveira Freire
Chefe do Deptº de Compras



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339030 / 15 Material de Consumo / Material para Festividades e Homenagens**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de aquisição para a Câmara Municipal de Jataí.

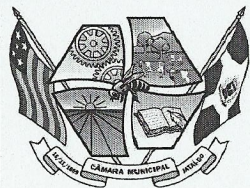
CERTIFICAMOS ainda que já foi feita reserva orçamentária nesta dotação no valor aproximado de 9.000,00 (nove mil reais).

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATÁI, 13 de Junho de 2019.


Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI
PRACA DA BANDEIRA S/N - CENTRO

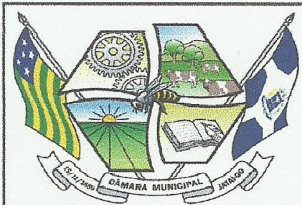
EXERCÍCIO DE 2019

PÁGINA 1

PARÂMETROS -> Todas dos órgãos escolhidos

COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTAÇÃO DE 13/06/2019 ATÉ 13/06/2019

CÓDIGOS	TÍTULOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				EMPENHADO		SALDO DOTAÇÃO	LIQUIDADO		PAGO		DESPESAS A PAGAR
		ORÇADO	PERÍODO	ACUMULADO	DOT. ATUALIZ.	PERÍODO	ACUMULADO		PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO	
01	CAMARA MUNICIPAL												
01	CAMARA MUNICIPAL												
01	LEGISLATIVA												
01.031	Acao Legislativa												
01.031.0139	PROCESSO LEGISLATIVO												
1001	OBRAS,INSTAL.EQUIP.CAMARA MUNICIPAL												
0001.4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes	218.196,31		-100.000,00	118.196,31			118.196,31					
0002.4.4.90.52.00	Equipamentos e Materiais Permanentes	603.360,24		-200.000,00	403.360,24		23.106,71	380.253,53		23.106,71	2.495,00	23.106,71	
06	Aparelhos e Equipamentos de Comunicacao						989,00			989,00		989,00	
24	Equipamentos de Protecao, Seguranca e Socorro						5.480,00			5.480,00		5.480,00	
34	Maquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos						855,00			855,00		855,00	
35	Equipamentos de Processamento de Dados						11.392,71			11.392,71	2.495,00	11.392,71	
42	Mobiliario em Geral						2.790,00			2.790,00		2.790,00	
51	Pecas nao Incorporaveis a Imoveis						1.600,00			1.600,00		1.600,00	
0003.4.4.90.61.00	Aquisicao de Imoveis												
0004.4.4.90.92.00	Despesas de Exercicios Anteriores												
	SOMA - OBRAS,INSTAL.EQUIP.CAMARA MUNICI	821.556,55		-300.000,00	521.556,55		23.106,71	498.449,84		23.106,71	2.495,00	23.106,71	
2001	MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL												
0005.3.1.90.04.00	Contratacao por Tempo Determinado	9.486,80			9.486,80			9.486,80					
0006.3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.785.818,60			10.785.818,60		4.130.850,66	6.654.967,94		4.130.850,66		4.130.850,66	
03	Pessoal Cargo Efetivo (Vinculado ao RPPS), exclu						1.370.536,24			1.370.536,24		1.370.536,24	
05	Pessoal Cargo Comissionado, exclusive FUNDEB						2.207.411,94			2.207.411,94		2.207.411,94	
06	Subsídio Vereador						498.507,16			498.507,16		498.507,16	
10	Subsídio Presidente da Câmara						54.395,32			54.395,32		54.395,32	
0007.3.1.90.16.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	18.973,59			18.973,59			18.973,59					
0008.3.1.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Cont												
0009.3.1.90.92.00	Despesas de Exercicios Anteriores	948,68			948,68			948,68					
0010.3.3.90.14.00	Diarias - Civil	137.558,55			137.558,55	150,00	39.950,00	97.608,55	150,00	39.950,00	150,00	39.950,00	
0011.3.3.90.30.00	Material de Consumo	512.287,00			512.287,00		336.759,76	175.527,24		154.372,06	2.213,75	154.372,06	182.387,70
01	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos						128.976,49			35.882,04		35.882,04	93.094,45
04	Gas Engarrafado						420,00			420,00		420,00	
07	Generos de Alimentacao						45.452,40			14.359,69		14.359,69	31.092,71
11	Material Quimico						586,00			586,00		586,00	
15	Material para Festividades e Homenagens						1.540,00			1.540,00		1.540,00	
16	Material de Expediente						51.370,76			11.637,17	1.273,00	11.637,17	39.733,59



CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ
PRACA DA BANDEIRA S/N - CENTRO
JATAÍ - GOIÁS
CNPJ: 24.858.805/0001-39

Página 1 / 1

ORDEM DE FORNECIMENTO

00282/19

Razão Social : NEILA ALVES SIQUEIRA - C.N.P.J. : 08.920.665/0001-25

Nome Fantasia : NEILA ALVES SIQUEIRA (8007)

Endereço : RUA MARECHAL RONDON N 133 - SANTA MARIA - JATAÍ

Natureza : FESTIVIDADES E HOMENAGENS

Processo : 647

Ano : 2019

Dotação Autorizada:

Autorizamos a Entrega dos Materiais abaixo especificados

Código	Item	Qtde	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unt.	Valor Total
140	4	300	UND	BOTÕES DE ROSAS	4.00	1200.00
142	2	10	UN	COROA DE FLORES	200.00	2000.00
920	3	15	PÇ	ARRANJO DE ORQUIDEA	150.00	2250.00
1120	1	25		ARRANJO DE CHÃO	140.00	3500.00
					Outros(+)	0,00
					Descontos(-)	0,00
					Valor Total do Fornecimento	8.950,00

Valor por Extenso

oito mil, novecentos e cinquenta reais

Cond. Pagamento

A VISTA

Prazo de Entrega

Data

11/06/2019

Destino

CERIMONIAL

Centro de Custo

17-CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

17-FESTIVIDADES E HOMENAGENS

Observações

- MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE JATAÍ.


DULCILENE LOURENÇO DE OLIVEIRA FREIRE
CHEFE DO DEPTº DE COMPRAS


SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO
CONTROLADORA INTERNA

A mercadoria deverá ser acompanhada de Nota Fiscal.

Emitido por: SOLANGE APARECIDA ASSIS SILVA/ Impresso por: DULCILENE LOURENÇO DE OLIVEIRA FREIRE

EMPENHADA

ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI
C.N.P.J.: 24.858.805/0001-39

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Certifico para os devidos fins que a presente
despesa foi atestada

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO
SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO Nº DECRETO: 0000042015

1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - CÓD.	1.2 - DOCUMENTO	1.3 - FONTE DE RECURSOS		1.4 - NÚMERO					
5497	NOTAS DE EMPENHO	Recursos Ordinários / Recursos que não se enqu		-1					
1.5 - DATA DE EMISSÃO	1.6 - NÚMERO DO PROCESSO	1.7 - TIPO	1.8 - FICHA	1.9 - SALDO ANTERIOR					
13/06/2019	0000647/19	ESTIMATIVO	0011.000						
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR
2019	01	01	01	0139	031	2.001	3.3.90.30.15	100.0	8.950,00
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL
CAMARA MUNICIPAL									
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE									
MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL									


2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR

2.1 - NOME	2.1 - CPF OU CNPJ	
NEILA ALVES SIQUEIRA	08.920.665/0001-25	
2.3 - ENDEREÇO	2.4 - MUNICÍPIO	2.5 - UF
RUA MARECHAL RONDON N 133	JATAI	GO

3 - HISTÓRICO

3.1 - ESPECIFICAÇÃO	
EMPENHO EMITIDO PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES DE FLORES, COROA DE FLORES, ARRANJO DE FLORES E ARRANJOS EM GERAL PARA SEREM USADOS EM SESSÕES SOLENES, HOMENAGENS E DEMAIS EVENTOS DA CMJ EM 2019.	
3.2 - CERTIFICADO	
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO	4.2 - VALOR
(OITO MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS)	8.950,00

KÁTIA APARECIDA MARTINS DE CARVALHO
CPF: 530.798.501-06
PRESIDENTE DA CÂMARA


ADONAE AUGUSTO PEREIRA
CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210/0-4GO
CONTADOR